

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUANA TATSCH DOS SANTOS

**ANÁLISE CONTÁBIL DOS GASTOS DE NATUREZA AMBIENTAL DA CEEE
- GT**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

LUANA TATSCH DOS SANTOS

**ANÁLISE CONTÁBIL DOS GASTOS DE NATUREZA AMBIENTAL DA CEEE
- GT**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Irineu Afonso Frey

FLORIANÓPOLIS

2016

LUANA TATSCH DOS SANTOS

**ANÁLISE CONTÁBIL DOS GASTOS DE NATUREZA AMBIENTAL DA CEEE
- GT**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, obtendo nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

Prof. MARCELO H. DUTRA, Dr.
Coordenador de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof.Dr. IRINEU AFONSO FREY
Presidente (Orientador)

Prof. DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA
Membro

Florianópolis, 07 de Julho 2016.

Aos meus pais, pela dedicação,
atenção e carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido saúde e persistência para enfrentar as dificuldades.

A meus pais pelo apoio, carinho, incentivo, dedicação e amor incondicional.

Ao meu orientador, Dr. Irineu Afonso Frey, pelo suporte e não me abandonar, mesmo quando não enviei os arquivos no tempo que deveria.

À universidade, seu corpo docente, direção e administração por me conceder a oportunidade de cursar um curso de nível superior.

E a todos que colaboraram com a minha formação direta ou indiretamente.

MUITO OBRIGADA!

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível. Charles Chaplin".

RESUMO

SANTOS, Luana Tatsch dos. **Análise Contábil dos gastos de natureza ambiental da CEEE - GT**. 57p. Monografia do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A proteção, preservação e conservação do meio ambiente tornaram-se um tema de discussão recorrente na esfera empresarial, já que diversos setores da sociedade tem cobrado das empresas um comportamento mais sustentável. A partir desse contexto, esta pesquisa teve como foco apresentar a evidenciação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE – GT) relativo às atividades realizadas para minimizar os impactos causados por suas atividades ao meio ambiente. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter descritivo com abordagem qualitativa. Foram também analisados os balanços sociais da empresa de 2010 a 2014. Por meio da análise pode-se concluir que, apesar da companhia apresentar menor desempenho em alguns aspectos, no âmbito geral, ela cumpre com suas obrigações no que se refere à conservação, preservação e proteção ambiental bem como faz a correta evidenciação, de forma transparente e organizada, dos fatos de natureza ambiental nas peças contábeis.

Palavras Chave: Meio Ambiente. Contabilidade Ambiental. Investimentos Ambientais.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas Similares ou Correlatas

Quadro 2 – Indicador Ambiental

Quadro 3–Educação Ambiental

Quadro 4 – Estudo Ambiental

Quadro 5 - Gestão

Quadro 6 - Institucional

Quadro 7 – Programas Ambientais

LISTA DE ABREVIATURAS

BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

CEEE - Comissão Estadual de Energia Elétrica

CEEE – GT - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

GA – Gestão Ambiental

GRI – *Global Reporting Initiative*

ISO – *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para Padronização)

Kg – Quilograma

LT – Linhas de Transmissão

m² - Metro Quadrado

NBR – Norma Brasileira

NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

PEA – Programa de Educação Ambiental

RS – Rio Grande do Sul

s.d. – Sem Data

SE - Subestação

UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.1.1	Objetivo geral	15
1.1.2	Objetivos específicos	15
1.4	METODOLOGIA.....	17
1.4.1	Enquadramento da pesquisa	17
1.4.2	Instrumentos utilizados	17
1.4.3	Procedimentos metodológicos	17
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	18
1.6	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	A CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	19
2.2	ATIVOS AMBIENTAIS.....	20
	Ativo Circulante	22
	Ativo Não Circulante	23
2.3	PASSIVOS AMBIENTAIS.....	24
	Passivo Circulante	26
	Provisões Ambientais	26
	Degradações Ambientais	27
	Obrigações fiscais ambientais a pagar	27
	Indenizações ambientais a pagar	28
	Contingências ambientais	28
2.4	DESPESAS AMBIENTAIS.....	29
2.5	RECEITAS AMBIENTAIS.....	30
2.6	CUSTOS AMBIENTAIS.....	31

2.7	BALANÇO SOCIAL	33
2.8	PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS	35
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
3.1	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	40
3.2	ANÁLISE DE DADOS	40
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	51
	QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
	QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA	51
	LIMITAÇÕES	52
	COMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	53
	REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem se mostrado mais preocupada com os problemas ambientais e vem cobrando das empresas atitudes acerca da preservação ambiental.

Segundo Ferreira (2007, p.12) “a primeira Conferência Mundial sobre o meio ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972, com repercussão internacional, e foi um passo na conscientização da sociedade mundial sobre os problemas ecológicos”.

O uso inadequado dos recursos naturais causa desequilíbrio no meio ambiente e, não afeta somente o ecossistema, mas a humanidade em geral.

Um dos recursos naturais mais valiosos é a água, e mexer com ela gera muitas discussões de difícil consenso. Pode-se tomar como exemplo a construção de usinas hidrelétricas que represam incontáveis volumes de água, causando inúmeros impactos não só ambientais, mas também econômicos e sociais.

A construção desses modelos de usinas para a geração de energia elétrica causa desequilíbrio no habitat de inúmeras espécies e afeta a população ribeirinha que utiliza o rio para a pesca, agricultura de subsistência, transporte, auxílio na pecuária extensiva, na recreação, no turismo ecológico, entre outros. (VECCHIA, 2012)

Mesmo com os meios criados para minimizar o impacto que as empresas causam ao ambiente ainda é um desafio para as altas gerências conciliar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade.

Para Rover, Borba e Borgert (2008, p. 3) “os impactos causados pelas empresas ao meio ambiente refletem no seu mercado de atuação e na imagem da organização perante a opinião pública”.

Dessa forma as empresas estão se vendo obrigadas a desenvolver programas de proteção ou recuperação ambiental, incorporar sistemas de gestão e investir em procedimentos que minimizem os impactos de suas atividades no meio ambiente, criando um espaço em seus relatórios para as questões ambientais.

Assim, para melhor alocar os gastos e recursos utilizados nessa área tem-se a contabilidade ambiental que em conformidade com Costa (2012, p. 29),

É a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço, pode trazer ao meio ambiente. É um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente.

Vale salientar que a contabilidade ambiental é apenas uma continuação da contabilidade clássica, pois conforme Costa (2012, p. 29) “pode-se definir a Contabilidade Ambiental como o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais da entidade”. E a contabilidade clássica é a “ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades”. (COSTA, 2012, p. 28).

Desta forma, enquanto a contabilidade clássica avalia o desempenho da empresa no âmbito geral, a contabilidade ambiental está focada, justamente nas ações ligadas ao meio ambiente, visando à proteção, preservação e recuperação ambiental do meio em que a empresa está inserida.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A preservação do meio ambiente é uma obrigação tanto das empresas quanto da população em geral, e em função disto, percebe-se que as pessoas têm cobrado das empresas atitudes que minimizem a degradação da natureza e promovam o desenvolvimento sustentável.

Preocupado com a situação, vencido pela pressão da sociedade ou atingido pelos efeitos nocivos da poluição, o empresariado de diferentes setores tem aderido aos grupos e movimentos empenhados na questão ambiental. Esse passo, se não reverter, ao menos, amenizar a degradação do meio ambiente. (RIBEIRO, 2006, p. 06).

Mas deve ser levado em conta que as ações promovidas pelas empresas para diminuir os danos causados ao meio ambiente geram despesas

e outros fatos contábeis e a contabilidade ambiental serve para alocar corretamente esses valores e auxiliar os gestores na tomada de decisões.

Assim, segundo Ribeiro (2006, p. 45),

Identificar e avaliar os eventos econômico-financeiros, relacionados a essa área, capazes de afetar o estado patrimonial e o resultado das entidades contábeis, é dever da contabilidade. Com isso, ela não somente subsidiará melhor a avaliação de desempenho e a tomada de decisões de seus atuais usuários, como também os auxiliará na condução de medidas para preservar o ambiente, além de contribuir para o processo de compatibilização com o desenvolvimento econômico sustentável.

De qualquer forma, as empresas devem estar atentas aos efeitos que suas atividades causam ao meio ambiente, pois às vezes a atividade em si não emite poluente, mas os meios adotados para a elaboração dessa atividade afetam sim, como o caso das usinas hidrelétricas, pois conforme Francisco (s.d.),

Os principais impactos ambientais ocasionados pelo represamento da água para a formação de imensos lagos artificiais são: destruição de extensas áreas de vegetação natural, matas ciliares, o desmoronamento das margens, o assoreamento do leito dos rios, prejuízos à fauna e à flora locais, alterações no regime hidráulico dos rios, possibilidades da transmissão de doenças, como esquistossomose e malária, extinção de algumas espécies de peixes, etc.

Diante dos problemas ambientais ocasionados pela construção de barragens, esse trabalho busca saber: Como Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica evidenciou os gastos de natureza ambiental em seus balanços sociais dos anos de 2010 a 2014?

1.2 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos necessários para a elaboração do trabalho.

1.1.1 Objetivo geral

Apresentar a evidenciação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE – GT) relativo às atividades realizadas para minimizar os impactos causados por suas atividades ao meio ambiente, em seus balanços sociais dos anos de 2010 a 2014.

1.1.2 Objetivos específicos

A fim de alcançar o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os investimentos feitos pela empresa na área ambiental;
- Comparar os investimentos realizados em 2010 com os investimentos de 2014 de acordo com a ação desenvolvida.
- Descrever as principais ações evidenciadas pela companhia.

1.3 JUSTIFICATIVA

A população mundial cresce mais a cada dia e como consequência cresce a demanda pelos meios necessários a nossa sobrevivência.

O aumento da população implicou o aumento do uso das reservas ecológicas do planeta Terra, em decorrência da expansão de bens industriais que se valeram, em muitos casos, do uso de tecnologias sujas, levando, por conseguinte à geração de lixo, em bases exponenciais. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 22).

As pessoas estão tomando consciência que a utilização irregular e desordenada dos recursos naturais está gerando graves consequências e, que os maiores prejudicados são elas mesmas.

Com o rápido crescimento da população, criou-se uma demanda sem precedentes, a que o desenvolvimento tecnológico pretende satisfazer submetendo o meio ambiente a uma agressão que está provocando o declínio cada vez mais acelerado de sua qualidade e de sua capacidade para sustentar a vida. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 42.).

Em decorrência disso, as pessoas vem aumentando a pressão sobre as empresas e cobrando um comportamento ecologicamente mais sustentável e, os gestores preocupados com a imagem da empresa perante a sociedade, tem desenvolvido boas práticas de gestão ambiental.

Produtos ecologicamente corretos atraem um consumidor cada vez mais conscientizado. Além dos aspectos econômicos, uma política ambientalmente correta é uma valiosa ferramenta para construir uma boa imagem. (COSTA, 2012, p. 15).

Perante isso Andrade (2008, p. 06) ainda salienta que,

No que se refere às seguradoras e agentes financeiras, em países desenvolvidos, essa prática é muito comum. Empresas ambientalmente corretas conseguem redução nas apólices de seguros, taxas de financiamento e outros benefícios; Clientes estão cada vez mais exigentes, não querendo associar suas marcas a de empresas que não tenham um histórico ambiental saudável. Em países desenvolvidos, a questão ambiental é decisiva para conclusão de negócios; Investidores e acionistas conscientes da responsabilidade ambiental preferem investir em empresas ambientalmente corretas.

Mediante isso, a contabilidade ambiental vem para prestar esclarecimentos, não só às empresas, mas à população, no que se referem aos problemas ambientais que as atividades causam à natureza, quais os investimentos necessários para minimizar esses problemas e os benefícios que um comportamento ambientalmente correto trás para a empresa.

Desta forma será analisado como a contabilidade ambiental é evidenciada nos balanços da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, como forma de auxiliar a empresa na gestão dos recursos destinados a área ambiental e contribuir com os gestores no processo de tomada de decisão nos assuntos que se referem à proteção, preservação e recuperação ambiental.

1.4 METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados o enquadramento e os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do presente trabalho.

1.4.1 Enquadramento da pesquisa

Quanto aos objetivos a pesquisa é considerada descritiva, pois busca identificar e analisar os fatos contábeis de origem ambiental da CEEE - GT.

Já a abordagem é classificada como qualitativa, pois a pesquisa não utiliza instrumentos estatísticos para analisar os dados coletados.

Por fim, quanto aos procedimentos, a pesquisa é qualificada como documental, pois foi elaborada em cima de obras impressas e documentos da empresa. Cabe ressaltar também, que foram realizadas pesquisas em arquivos e sites eletrônicos confiáveis o que possibilitou o acesso a um meio maior de informações.

1.4.2 Instrumentos utilizados

Os instrumentos utilizados para o levantamento dos dados foram os balanços sociais fornecidos pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

1.4.3 Procedimentos metodológicos

Para a elaboração deste trabalho foi necessário entrar em contato com os responsáveis pela empresa objeto de estudo para pedir autorização e as informações necessárias para a elaboração do mesmo. Os balanços sociais,

onde constam os fatos contábeis de natureza ambiental, referentes aos anos de 2010 a 2014 foram encaminhados, mas deixaram bem claro que nenhuma outra informação além das que constavam nos balanços seria passada.

Os balanços foram analisados, e os investimentos identificados foram organizados em quadros de acordo com a ação desenvolvida. Logo após, foi realizada uma comparação entre os valores investidos em 2010 com relação a 2014, e nos casos em que um desses anos, ou ambos, não possuiu destinação de verbas foi comparado o primeiro e o último ano, dentro dos cinco anos analisados, em que houve investimentos.

Por fim, foram descritas as principais ações realizadas pela companhia.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa limita-se à análise das informações contábeis de cunho ambiental extraídas dos balanços sociais da CEEE – GT dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de organizar o trabalho e assim ter um melhor entendimento do estudo, esta pesquisa será distribuída em quatro capítulos.

No primeiro capítulo consta a introdução, o tema e o problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia da pesquisa, a delimitação da pesquisa e a organização do trabalho.

O segundo capítulo aborda a Contabilidade Ambiental, Ativos Ambientais, Passivos Ambientais, Despesas Ambientais, Receitas Ambientais, Custos Ambientais e Balanço Social.

O terceiro capítulo contém a apresentação e análise dos dados.

E o quarto capítulo aborda a conclusão e recomendações quanto ao problema de pesquisa, quanto aos objetivos da pesquisa, limitações e recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordados a Contabilidade Ambiental, Ativos Ambientais, Passivos Ambientais, Despesas Ambientais, Receitas Ambientais, Custos Ambientais e Balanço Social.

2.1 A CONTABILIDADE AMBIENTAL

Preocupados com a forma que os recursos naturais vinham sendo utilizados, começaram a surgir debates sobre o meio ambiente e a sua degradação em decorrência das atividades humanas, e quais as formas de utilizá-lo sem haver demasiadas agressões.

Foi, porém, na década de 60 que a situação de descaso às emissões poluentes começou a mudar. Nessa década, o Clube de Roma divulgou um relatório denominado Os limites para o crescimento, que por meio de simulações matemáticas fez projeções de crescimento populacional, poluição e esgotamento dos recursos naturais da Terra. O acontecimento relevante foi a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, que ocorreu em 1972, em Estocolmo, Suécia, permanecendo a oposição entre meio ambiente e crescimento econômico mencionada no relatório Os limites para o crescimento. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 30).

Depois de Estocolmo ainda houve vários debates onde novas ideias foram surgindo a fim de quebrar as barreiras existentes entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, mas segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 32)

A Contabilidade Ambiental passou a ter status de novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do Relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (*United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – Isar*).

Através de dados econômicos e financeiros a Contabilidade Ambiental tem condições de contribuir positivamente na área de preservação ambiental, atuando no registro dos bens, direitos e obrigações ambientais das empresas.

Ribeiro (2006, p. 45) ressalta que “a Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente conhecida”.

A Contabilidade Ambiental tem como objetivo fornecer informações consistentes a seus usuários sobre os acontecimentos ambientais a fim de colaborar com os gestores na tomada de decisão.

Para Costa (2012, p. 31) “a Contabilidade Financeira Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira da empresa”.

A Contabilidade, entendida como meio de fornecer informações, deveria buscar responder a esse novo desafio, atendendo aos usuários interessados na atuação das empresas sobre o meio ambiente, subsidiando o processo de tomada de decisão, além das obrigações com a sociedade no que tange à responsabilidade social e à questão ambiental. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 32).

De todas as formas as pessoas não estão querendo mais compactuar com empresas que não tenham um histórico ambiental positivo e preferem pagar mais caro por produtos ambientalmente corretos, fazendo pressão para que as empresas se adequem a essa nova realidade.

2.2 ATIVOS AMBIENTAIS

Os Ativos Ambientais são os bens e direitos possuídos pelas empresas com o objetivo de proteger, preservar e recuperar o meio ambiente.

Para Costa (2012, p. 54) “Ativos Ambientais são os bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente”.

Os gastos com equipamentos, instalações, pesquisa e desenvolvimento, produtos, peças, etc. que tenham por finalidade gerar benefícios econômicos

para a empresa visando à proteção, preservação e recuperação ambiental devem ser devidamente alocadas em contas específicas do Ativo Ambiental.

No que tange á Ativo Ambiental, Tinoco e Kraemer (2008, p. 180) salientam que os benefícios se dão através do,

Aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; Redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; Ou, ainda, conservação do meio ambiente.

As características dos Ativos Ambientais se alteram conforme o ramo de atividade da empresa.

As características dos Ativos Ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 181).

O Ativo Ambiental pode estar ainda na forma de capital fixo ou circulante, pois de acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 182) “são Ativos Ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo”.

Conforme Costa (2012, p. 55) “o capital circulante (capital de giro) é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo”.

Já o capital fixo, Costa (2012, p. 55) divide as contas ambientais em,

Investimentos: participação societária em empresas ecologicamente responsáveis; Imobilizado: bens destinados a manutenção do gerenciamento ambiental, por exemplo, filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes etc.; Diferido: gastos em desenvolvimento de tecnologia “limpa” de produção de beneficiarão exercícios futuros, como por exemplo, os gastos de implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001.

É importante ressaltar que a conta Diferido Ambiental foi extinta pela Medida Provisória nº 449/08, transformada na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (BRASIL, 2009, art. 299/A) que diz que “o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização”.

Assim, o Ativo Diferido, seja ele ambiental ou não, foi extinto e seus itens passaram a integrar outras contas do ativo.

Os Ativos Ambientais podem estar divididos nos seguintes subgrupos de contas: Ativo Circulante e Ativo não Circulante.

a. Ativo Circulante

O Ativo Circulante é um dos subgrupos de contas que compõem o ativo ambiental da empresa, sendo formado pelo Estoque Ambiental.

- **Estoques Ambientais:**

Nesta conta classificam-se os materiais, produtos em processo ou acabados, que tenham a relação com a proteção, preservação ou recuperação ambiental. Costa (2012, p. 58) cita como exemplo:

O estoque de produtos reciclados, os bens frutos do processo produtivo normal, anteriormente descartados, e que a empresa esta reciclando para serem vendidos ou utilizados como matéria prima para a própria entidade ou por outras empresas.

Desta forma alocam-se nesta conta todos os materiais reciclados, decorrentes do processo de produção, que podem ser reaproveitados no processo produtivo ou vendidos para outras empresas.

b. Ativo Não Circulante

Este subgrupo está dividido em Investimento, Imobilizado e Intangível Ambiental.

- **Investimento Ambiental**

São os gastos realizados com o reflorestamento ou com a obtenção de florestas.

Costa (2012, p. 59) classifica “como investimentos ambientais os gastos com reflorestamento ou aquisição de florestas com o objetivo de recuperar o meio ambiente ou mantê-lo preservado”.

Os investimentos feitos nessa área tem como finalidade recuperar áreas degradadas pela atividade econômica da empresa e preservar o meio ambiente visando manter a biodiversidade.

- **Imobilizado Ambiental**

São os investimentos em máquinas, equipamentos e instalações que tem o objetivo de proteger, preservar, recuperar ou reduzir os efeitos da poluição do meio ambiente, gerados por suas atividades.

São classificados como imobilizado ambiental as contas referentes a máquinas, equipamentos e instalações adquiridas com o propósito de proteger, preservar ou recuperar o meio ambiente, bem como reflorestamentos realizados pela entidade. (COSTA, 2012, p. 60).

Costa (2012, p. 60) ainda completa dizendo que “o imobilizado ambiental está sujeito a depreciação ou exaustão, conforme o caso, nos termos percentuais estabelecidos pela legislação em vigor”.

A redução dos valores dos elementos que compõem o ativo imobilizado ambiental será registrada nas contas depreciação e exaustão acumulada ambiental.

- **Intangível Ambiental**

Há bens e direitos que por serem incorpóreos possuem difícil mensuração, desta forma são agregados em uma conta específica chamada, neste caso, de Intangível Ambiental.

Costa (2012, p. 55) ainda reforça dizendo que “o ativo ambiental intangível, são bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração”.

Santos et al (2001) citam como exemplo de intangível ambiental “a certificação ISO 14001 que trará valorização da imagem e marca da empresa”. Desta forma, classificam-se como intangível ambiental os itens que possuem relação com o meio ambiente e que por serem incorpóreos possuem difícil mensuração.

2.3 PASSIVOS AMBIENTAIS

O Passivo Ambiental são os gastos contraídos pela empresa com a finalidade de proteger, preservar ou recuperar o meio ambiente.

Pode-se definir Passivo Ambiental como sendo toda a obrigação contraída, voluntária ou involuntariamente, destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, dessa forma, como contrapartida um ativo ou custo ambiental. (COSTA, 2012, p. 69).

O Passivo Ambiental pode ser formado por gastos com a aquisição de máquinas, insumos, instalações, equipamentos, pesquisas de desenvolvimento, projetos e programas que tenham como objetivo a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente.

Ele também pode ser formado por multas e indenizações geradas por infrações ambientais cometidas pela empresa.

Costa (2012, p. 69) salienta que,

Os Passivos Ambientais são provenientes de riscos e incertezas ambientais, o que pode ser caracterizado como impactos de decisões empresariais tomadas com a finalidade econômica e a estimativa de

perda de potencial de benefícios da operação provocada por causas ambientais.

Ribeiro (2006, p. 75) completa dizendo que,

Passivo Ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

Podemos ressaltar a existência de três tipos de obrigações decorrentes do Passivo Ambiental, que são:

Legais ou implícitas: quando a entidade tem uma obrigação presente legal como consequência de um evento passado [...]; Construtivas: são aquelas que a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente, excedendo as exigências legais [...]; Justas: refletem a consciência de responsabilidade social, ou seja, a empresa cumpre em razão de fatores éticos e morais. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 183 – 184).

Os Passivos Ambientais ainda podem ser classificados em normais e anormais.

Os Passivos Ambientais normais se referem aos resíduos resultantes do processo de produção ou produtos utilizados que se desgastaram com o tempo, que tem a possibilidade de serem controlados, e em alguns casos reaproveitados pela empresa. (SPERANDIO; TRINDADE; FAVERO, 2005).

Já os passivos ambientais anormais decorrem de eventos aleatórios, que fogem do controle da empresa, como por exemplo, um acidente em um reservatório de material tóxico. (MALVESTIO, 2011).

Os passivos Ambientais podem ser divididos nos seguintes subgrupos de contas: Passivo Circulante, Provisões Ambientais, Degradações Ambientais, Obrigações Fiscais Ambientais a Pagar, Indenizações Ambientais a Pagar e Contingências Ambientais.

a. Passivo Circulante

São as obrigações geradas pela empresa que tenham vencimento até o final do próximo exercício.

Conforme Costa (2012, p. 73) no Passivo Circulante “classificam-se as obrigações da entidade que tenham vencimento até o final do exercício seguinte ou de acordo com o ciclo operacional, caso seja superior a este prazo”.

Ciclo operacional de uma empresa é o tempo que ela gasta para executar todas as suas atividades operacionais. Tomando uma fábrica como exemplo, existem algumas fases que compõem o ciclo operacional, de forma macro, como: compra da matéria-prima, fabricação do produto, venda do produto, recebimento do cliente pelo produto final vendido. (JUSTO, 2013).

Logo, o ciclo operacional refere-se à compra da matéria-prima, que gera um passivo, se a mesma for comprada a prazo, a fabricação do produto final, que gera outros passivos, em função dos gastos com funcionários e os demais gastos decorrentes, até a venda do produto, que irá gerar um ativo. Assim, quando o cliente pagar pelo produto adquirido, a empresa poderá pagar os seus passivos e encerrar o ciclo para começar outro.

b. Provisões Ambientais

São fatos contábeis que já ocorreram, mas que ainda não tem valores devidamente determinados.

Costa (2012, p. 73) ainda explica que as provisões ambientais são “as exigibilidades ainda não totalmente definidas, decorrentes de fatos contábeis passados”.

Assim, quando a empresa cometer um dano ao meio ambiente, a mesma deve reconhecer o dano fazendo o devido lançamento na conta de provisão. Somente quando as reais dimensões do dano forem identificadas e o valor for apresentado o lançamento será registrado com o valor exato.

c. Degradações Ambientais

Ao praticarmos atos como desmatamento, queimadas, descarte inadequado de lixo, poluição das águas, entre outros, estamos degradando o meio ambiente e correndo o risco de sofrer sanções. Com as empresas não é diferente, ainda mais que pelo porte, são mais visadas pelos órgãos responsáveis pelo setor ambiental.

Segundo Costa (2012, p. 75) as degradações ambientais “são passivos devidos em decorrência da atividade da empresa, que causam impactos negativos ao ambiente”.

Os impactos referem-se aos causados na água, no solo ou no ar, oriundos da atividade da empresa.

d. Obrigações fiscais ambientais a pagar

As empresas que estiverem com o nível de degradação ambiental acima dos limites estabelecidos por lei, terão uma carga tributária maior sobre seus produtos, logo, está conta foi criada para alocar esses gastos.

São classificadas nesta conta as obrigações da entidade decorrente dos chamados impostos verdes, com proposta apresentada por Ronaldo Serôa e Francisco Eduardo Mendes, desde 1997, e que tem como objetivo de tributar com uma carga mais onerosa de produtos como a gasolina e o álcool, em virtude de degradarem mais o ambiente. (COSTA, 2012, p. 79).

Assim, quanto maior a poluição causada pelo produto fabricado maior será os impostos cobrados sobre esse determinado produto.

e. Indenizações ambientais a pagar

Esse passivo é originado através de ações da empresa decorrente de sua atividade econômica que afetem o meio ambiente e gerem problemas a outras empresas e à sociedade.

De acordo com Costa (2012, p. 79),

Registram-se nesta conta os valores referentes às indenizações devidas a terceiros, a outras empresas, ao governo, aos funcionários, a Estados e países vizinhos, em decorrência de atividades da empresa que causem impactos negativos ao meio ambiente e tragam conseqüências também negativas a essas pessoas ou entidades, geralmente, ligadas à saúde, aos negócios, a valores afetivos e outros.

Logo, as indenizações que devem ser pagas em conseqüência dos danos causados pela empresa ao meio ambiente, que prejudiquem de alguma forma outras empresas, um ou mais indivíduos ou a sociedade em geral devem ser alocadas nesta conta.

f. Contingências ambientais

São fatos contábeis que não possuem solução definida à data do fechamento do exercício podendo ser classificados em ativos ou passivos.

Para Costa (2012, p. 82),

As contingências ativas, relacionadas com a possibilidade de ocorrência de eventos positivos, somente devem ser registradas quando efetivamente ocorridas, em obediência ao princípio da prudência, embora a informação deva constar em nota explicativa.

Costa (2012, p. 82) ainda salienta que:

As contingências ambientais geralmente estão relacionadas a contingências passivas. Duas condições se apresentam como necessárias ao reconhecimento das contingências ambientais: que sejam negativas e que possam ser valoradas, caso contrário, constarão em nota explicativa.

Logo, as contingências ambientais que forem declaradas ativas constaram apenas em notas explicativas e as que forem identificadas como passivas serão lançadas na conta contingências ambientais.

2.4 DESPESAS AMBIENTAIS

As despesas ambientais representam os gastos incorridos pela empresa no meio ambiente, mas deve ser levado em conta que os gastos devem ser referentes ao exercício social em questão e não devem ter relação direta com a atividade produtiva da empresa.

Segundo Ribeiro (2006, p. 50) “consideram-se despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”.

Já para Costa (2012, p. 85) “as despesas ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade”.

As despesas ambientais são decorrentes de gastos relacionados ao gerenciamento da entidade, ocorridos na área administrativa, como as políticas internas de preservação, mas também, em despesas com recursos humanos, quando direcionado a treinamentos na área ambiental e despesas com salários e encargos de empregados na área. (MELO; OLIVEIRA, 2014, p. 4).

Mediante isso, é possível observar que as despesas de natureza ambiental são ocasionadas pelos gastos de qualquer setor da empresa que possua relação com o meio ambiente.

As despesas ambientais dividem-se em operacionais e não operacionais. Tinoco e Kraemer (2008) consideram como despesas ambientais operacionais as despesas com seguros, auditoria, licença e impostos, multas, indenizações e provisões ambientais.

Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 192) as despesas operacionais são as citadas acima “e devem ser evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício”.

As despesas não operacionais são as que decorrem de acontecimentos ocorridos fora da atividade principal da entidade como: multas, sanções e compensações de terceiros. Não é considerada despesa não operacional a derivada de autuação ambiental ocorrida no passado, que deva ser assumida na atualidade, exceto quando ocorrer mudança de critério ou correção de um erro contábil de exercícios anteriores. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 192).

Mediante isso, as despesas ambientais são valores investidos pela empresa no que tange a proteção, preservação e recuperação ambiental com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável.

2.5 RECEITAS AMBIENTAIS

O objetivo da Receita Ambiental é criar métodos que minimizem os problemas ambientais.

Diante disso, Costa (2012, p. 90) conceitua Receitas Ambientais como,

Recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de matéria reciclados. Os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria prima para outras atividades como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008, p. 192) as receitas ambientais decorrem de:

Prestação de serviços especializados em gestão ambiental; Venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; Venda de produtos reciclados; Receita de aproveitamento de gases e calor; Redução do consumo de matérias-primas; Redução do consumo de energia; Redução do consumo de água; Participação no faturamento total da empresa.

Assim, ao reciclar os resíduos, decorrentes do processo de produção, reaproveitando os mesmos para outra atividade dentro da empresa ou vendendo para outras empresas que trabalham com esse tipo de material a entidade estará gerando uma receita ambiental.

2.6 CUSTOS AMBIENTAIS

Os custos ambientais estão presentes na maior parte das atividades desenvolvidas pelas empresas.

Conforme Garcia e Oliveira (2009, p. 14),

Os Custos Ambientais são os gastos, ou consumo de ativos referentes à proteção do meio ambiente e que são classificados em função de sua vida útil, ou seja, baseados em características referentes à amortização, exaustão e depreciação, aquisição de insumos que auxiliam no controle da emissão de efluentes, resíduos de produtos, tratamento e recuperação de áreas contaminadas.

“Quando utilizados de forma direta na produção estes gastos são classificados como custos, sob a forma indireta caracterizam-se como despesas”. (GARCIA; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 173),

Os Custos Ambientais são apenas um subconjunto de um universo mais vasto de custos necessários a uma adequada tomada de decisões. Eles não são custos distintos, mas fazem parte de um sistema integrado de fluxos materiais e monetários que percorrem a empresa.

Os Custos Ambientais totais da empresa são encontrados com a soma dos custos dos materiais desperdiçados mais os custos das perdas de capital e trabalho. (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Dentro desse contexto temos os custos de qualidade ambiental, “que buscam identificar e apontar as falhas existentes, bem como os custos para se prevenirem problemas decorrentes destas falhas”. (COSTA, 2012, p. 94).

Para Costa (2012, p. 92) “os custos de qualidade são um importante indicativo para avaliar quanto às empresas estão perdendo ou deixando de ganhar por não estarem produzindo com qualidade”.

Logo, é de fundamental importância manter a atenção nos custos de qualidade ambiental dos produtos fabricados, pois um produto que tem que ser retrabalhado gera desperdícios e perdas na produtividade, sem levar em consideração, que são mais matérias e produtos desperdiçados no meio ambiente.

Desta forma, o objetivo dos custos de qualidade é identificar e apontar os erros existentes, a fim de evitar falhas no processo produtivo.

Os Custos Ambientais podem ser classificados em externos que “são os custos que podem incorrer como resultado da produção ou existência da empresa. São difíceis de medir em termos monetários e geralmente estão fora dos limites da empresa”. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 174); e internos que “são os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados”. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 174).

Os Custos ambientais ainda podem ser classificados em diretos que “podem ser apropriados para um produto, tipo de contaminação ou programa de prevenção de contaminação particular”. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 174); em indiretos que “são os que não têm vínculo causal direto com o processo e a gestão ambiental, tais como treinamento ambiental, manutenção de registros e apresentação de relatórios”. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 174); e contingentes ou intangíveis que “são, de maneira geral, potenciais custos internos futuros, que podem impactar nas operações efetivas da empresa”. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 175).

De todos os modos, é importante manter a atenção no momento de fazer a alocação desses custos, pois os erros cometidos em relação aos Custos Ambientais afetam diretamente o resultado do exercício.

2.7 BALANÇO SOCIAL

O aumento da preocupação da sociedade com as questões sociais e ambientais provocou mudanças nas empresas, que passaram a dar atenção a essas questões em função da própria cobrança da população.

Conforme Ribeiro (2006, p. 24),

A busca de qualidade de vida pelo homem moderno estimulou as companhias a se interessar por instrumentos de aferição do seu desempenho nessa área. O Balanço Social surgiu para satisfazer essa nova necessidade. Dois fatores tiveram importante papel no seu desenvolvimento: a pressão crescente sobre a empresa em relação aos aspectos sociais e a insegurança quanto a seu futuro.

Costa (2012, p. 178), complementa essa ideia dizendo que,

Num mundo globalizado, os grupos sociais de pressão estão mais organizados e atuantes em defesa dos interesses da sociedade e do meio ambiente. Obviamente, isto influencia os consumidores, os quais tendem a adquirir, cada vez mais, produtos e serviços cujas entidades produtoras respeitem normas de proteção ao trabalho, do meio ambiente e contribuam com a sociedade como um todo. Com base nos resultados e indicadores de desempenho apresentados no Balanço Social, a organização pode planejar e executar um conjunto de atividades que resultem em benefícios para os empregados, para a comunidade, para o meio ambiente e para si própria.

Assim, além de obterem informações importantes que podem influenciar a tomada de decisão, a elaboração e divulgação do Balanço Social, agrega valor ao nome da entidade fortalecendo a sua imagem perante o consumidor e aumentando a sua participação no mercado.

Tinoco e Kraemer (2008, p. 87) conceituam o Balanço Social como,

Um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários.

Ainda, para Tinoco e Kraemer (2008, p. 90) “o Balanço Social tem por ambição descrever certa realidade econômica, ambiental e social, de uma entidade, através do qual é suscetível de mensuração, avaliação e divulgação”.

Já, segundo Costa (2012, p. 175),

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo - benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

Costa (2012, p. 178) ainda ressalta que,

O Balanço Social deve ter por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, ressaltando-se os aspectos de recursos humanos, ambientais, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, e contribuição para a cidadania.

Deste modo, o Balanço Social é um instrumento utilizado pelas empresas para demonstrar à sociedade em geral as medidas tomadas em relação à responsabilidade social corporativa.

A norma que rege as questões sociais e ambientais é a NBC T 15, de 19 de agosto de 2004 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2004) que diz o seguinte:

15.1.1- Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 - Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 - A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

Se a empresa desejar, ela ainda pode fornecer além dos dados obrigatórios dispostos na NBC T 15, outros dados que possam vir a ampliar o nível de transparência da entidade.

Vale salientar, que nem todas as empresas são obrigadas a divulgar as informações de natureza ambiental, mas levando em conta que toda a ação humana afeta o meio ambiente é de suma importância que as empresas em geral divulguem essas informações.

Os gestores também devem considerar que empresas que possuem sistemas de gestão ambiental atraem mais consumidores, além de auxiliar na tomada de decisão por possuir um nível maior de informações.

2.8 PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS

No quadro n. 1 estão dispostos os trabalhos que possuem relação com o tema desenvolvido neste trabalho e que possam vir a colaborar com a elaboração do mesmo ou com pesquisas futuras.

Quadro 1 Pesquisas Similares ou Correlatas

Autor (Ano)	Objetivo	Principais Resultados	Instrumento de Pesquisa ou Observações
Barcelos et al (2015).	Analisar como a Natura define suas práticas responsáveis relativas ao meio ambiente e como evidencia suas informações ambientais.	Os resultados apresentam os programas de recuperação e conservação ambiental, juntamente com suas demonstrações financeiras. Os autores apresentam as classificações e alocações pertinentes aos bens, direitos e obrigações descritos pela entidade que cumprem a finalidade principal de preservar e proteger o meio ambiente	Foram utilizados instrumentos bibliográficos e documentais, bem como, as Demonstrações Financeiras Anuais completas e relatório GRI.
Eckert et al (2014).	Verificar se as empresas da região da Serra Gaúcha listadas na BM&FBovespa,	As empresas enfatizam sua imagem divulgando essas informações demonstrando um retrato	Os dados do Relatório de Sustentabilidade, do Balanço Social, do Relatório da

	evidenciam em seus relatórios e nas demonstrações contábeis as informações de cunho ambiental.	positivo perante a sociedade, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de marketing, ou para obter vantagem em relação à concorrência.	Administração e do site das empresas.
Guimarães et al (2014).	Verificar o nível de divulgação das informações ambientais das empresas abertas que exploram a atividade agropecuária.	As empresas que exploram atividades agropecuárias apresentaram, em média, baixo nível de evidência ambiental. Apenas quatro empresas foram classificadas com nível médio de evidência, enquanto as demais se enquadram como baixo.	Informações disponíveis nas demonstrações financeiras padronizadas, balanço social, relatório ambiental e de sustentabilidade e nos sites das empresas.
Barbosa et al (2014).	Verificar a evidência das informações ambientais nas empresas do setor supracitado quanto ao cumprimento da divulgação das informações de natureza social e ambiental segundo a NBC T-15.	As empresas divulgam parcialmente, apresentam apenas os ativos ambientais, deixando de informar os passivos ambientais. Os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente apresentou maior evidência por partes das empresas IRANI, FIBRIA, KLABIN E SUZANO.	Os dados da pesquisa foram coletados das notas explicativas, dos relatórios da administração, dos balanços sociais, dos relatórios de sustentabilidade e das demonstrações contábeis das empresas analisadas.
Padilha e Asta (2014).	Identificar e descrever as contribuições da contabilidade ambiental ao processo de evidência contábil ambiental de uma empresa que realiza o tratamento de resíduos sólidos orgânicos da agroindústria.	Verificar se existem eventos de caráter ambiental resultantes do processo produtivo e também do investimento realizado periodicamente para preservar a natureza. Percebeu-se deficiência dos registros contábeis no aspecto ambiental.	Utilização do levantamento dos registros contábeis e demonstrações financeiras da empresa e entrevista estruturada com os proprietários.
Elias e Oliveira (2013).	Analisar a sustentabilidade organizacional das empresas do setor de transformação mineral do estado do Pará por meio da avaliação das divulgações das informações contábeis de natureza socioambiental publicadas.	Verificou-se que as informações de natureza ambiental são evidenciadas em demonstrativos contábeis facultativos ou em relatórios institucionais distintos de forma qualitativa e dispersa. A ausência de divulgação nas demonstrações contábeis obrigatórias impossibilitou a avaliação da sustentabilidade	Levantamento junto às páginas na internet das empresas do setor industrial de transformação mineral do estado do Pará, que possuem a certificação de qualidade ISO 14001, entre os períodos de 2004 a 2010.

		organizacional de cada uma das empresas.	
Kruger et al (2013).	Analisar a sustentabilidade ambiental de uma instituição de ensino superior catarinense.	Os resultados obtidos sugerem que a instituição de ensino superior apresenta um bom nível de responsabilidade ambiental. Ressalta-se que não se identificaram critérios deficitários dentre os 9 critérios analisados.	Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a lista de verificação desenvolvida por Pieri(2010), a qual possui 154 questões para análise da sustentabilidade ambiental das instituições de ensino.
Soares et al (2012).	Analisar informações ambientais são encontradas nas notas explicativas das empresas pertencentes ao grupo Novo Mercado e Em Boa Companhia.	As informações divulgadas em notas explicativas são referentes a cláusulas contratuais de proteção ambiental em função de concessões governamentais; cláusulas contratuais de <i>covenants</i> ; licenças ambientais; redução de risco ambiental através de investimentos em equipamentos de controle da produção; ações judiciais em andamento; provisões; fiscalizações ambientais e indicadores ambientais.	Os dados foram coletados das Notas Explicativas das demonstrações contábeis, entre os anos de 2008 e 2010.
Garcia e Behr (2012).	Analisar como estão sendo tratadas e divulgadas as informações de natureza contábil ambiental e sua interação com o desenvolvimento sustentável nos engenhos de beneficiamento de arroz, filiados a Associação Rede Arrozeiras do Sul, situados no município de Santa Maria/RS.	Verificou-se que 50% das empresas estão cientes da existência da contabilidade ambiental, porém nenhuma usufrui dos benefícios. Ao analisar a divulgação das informações de natureza contábil ambiental, foi constatado que há muito a ser explorado nesse ponto, pois atualmente as poucas informações que são apresentadas em demonstrativos contábeis para a sociedade estão colocadas somente em Notas Explicativas.	Para a coleta de dados, foi elaborado e aplicado um questionário estruturado com 26 perguntas em sua maioria fechadas, e uma com múltipla escolha de resposta a partir do estudo de Schumacher (2011).
Pereira, Carvalho e Parente (2011).	Analisar o desempenho econômico e a evidenciação ambiental das oito empresas que apresentaram os relatórios de sustentabilidade, segundo a pesquisa	Constatou-se que as empresas que evidenciam informações ambientais possuem desempenho econômico favorável, ou seja, capazes de se manter competitivas no mercado. Verificou-se que é possível adotar práticas sustentáveis, sem agredir	Os dados foram extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício dos anos 2008, 2009 e 2010 das oito empresas analisadas.

	Rumo à Credibilidade 2010.	a rentabilidade da empresa.	
Freitas e Oleiro (2011).	Identificar de que forma as empresas listadas na BM&FBOVESPA evidenciaram as variáveis da Gestão Ambiental (GA) no conjunto das Demonstrações Financeiras do ano 2008.	Observaram-se evidências de natureza ambiental, não foi encontrada nenhuma evidência nas peças contábeis. A evidência foi apresentada no relatório da administração, demonstrando que as empresas ainda não utilizam a contabilidade e a gestão ambiental como ferramentas.	Os instrumentos de pesquisa foram os relatórios das Demonstrações Financeiras do ano de 2008 das 40 empresas selecionadas pelo nível de Governança Corporativa.
Zilber, Caruzzo e Campanário (2011).	Investigar se a Gestão Ambiental e a Contabilidade Ambiental estão presentes nas atividades das organizações e quais os resultados econômico-financeiros gerados.	Os resultados mostraram que dificuldades na segregação dos fatos contábeis ambientais e na mensuração dos impactos, além da não obrigatoriedade da publicação das Demonstrações Ambientais, permitem às empresas divulgarem apenas informações convenientes.	Utilizou-se survey sobre o envolvimento das empresas com a gestão ambiental, com enfoque nos aspectos econômico - financeiros decorrentes das transações de tal gestão e na divulgação dos resultados contábeis dessas transações.
Lorenzetti, Rossato e Godoy (2011).	Analisar o reconhecimento contábil dos investimentos em gestão ambiental, por parte dos postos de combustíveis, segundo as normas brasileiras de contabilidade e literatura específica.	Os resultados revelaram que os gastos com gestão ambiental podem ser registrados como: despesas ambientais, taxas e licenças ambientais, como ativos ambientais, ou ainda, como custos ambientais, os valores gastos para manutenção das atividades de proteção e preservação ambiental	Foi realizada uma pesquisa de campo, através das técnicas de observação e entrevista estruturada.

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos analisar que as empresas estudadas nos trabalhos apresentados no quadro 1 apresentam baixo nível de divulgação de informações contábil ambientais, sendo evidenciadas apenas as informações que refletem um retrato positivo da empresa perante a sociedade.

Esses resultados demonstram os problemas gerados pela não obrigatoriedade de divulgação dos fatos contábeis de natureza ambiental, que permitem que as empresas divulguem apenas a informações que lhe são

convenientes impedindo as pessoas interessadas de avaliar o nível de sustentabilidade organizacional das empresas.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo aborda a apresentação da empresa e a análise dos dados coletados nos Balanços Sociais da CEEE – GT.

3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A empresa estudada foi fundada em 01 de fevereiro de 1943, com a denominação de Comissão Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Em 1963 passou a se chamar Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Após várias alterações no decorrer de sua história, em 01 de dezembro de 2006, foi criada a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT, sendo responsável pela geração e transmissão de energia elétrica em todo Estado do Rio Grande do Sul.

A área de Geração é composta por um parque gerador de 15 usinas hidrelétricas (UHE), já na área de Transmissão, a CEEE GT disponibilizou linhas de transmissão (LT), através da operação de 62 subestações.

Seus clientes são as concessionárias de distribuição que atuam no Estado, as empresas de geração, os consumidores livres, como indústrias e shoppings, e os produtores independentes.

3.2 ANÁLISE DE DADOS

Foram coletados dos balanços sociais apenas os dados relevantes a pesquisa, ou seja, apenas os dados de caráter ambiental.

Os primeiros dados analisados foram referentes ao indicador ambiental, sendo possível identificar o valor dos investimentos nessa área no quadro 2.

Quadro 2 – Indicador Ambiental

INDICADORES AMBIENTAIS	2014 (R\$ MIL)	2013 (R\$ MIL)	2012 (R\$ MIL)	2011 (R\$ MIL)	2010 (R\$ MIL)	TOTAL (R\$ MIL)

Indicador ambiental	12	147	1.187	384	53	1.783
---------------------	----	-----	-------	-----	----	-------

Fonte: Adaptação dos Balanços Sociais CEEE-GT – Exercícios 2010 a 2014.

Neste indicador o total dos gastos dos cinco anos analisados foi de R\$ 1.783.000,00.

Comparando o ano de 2010 ao de 2014 percebe-se uma queda de R\$ 41.000,00 no valor dos investimentos dessa área, não sendo possível identificar um motivo específico devido à falta de informações.

Na área de Educação Ambiental os investimentos realizados tem o objetivo de despertar nas pessoas a preocupação com o meio ambiente e ensinar de que forma reduzir os impactos ambientais causados por um produto ou pela atividade desenvolvida pela empresa. Assim, no quadro 3 é possível identificar os investimentos feitos pela CEEE – GT na área de educação ambiental, sendo que nos anos de 2013 e 2014 não houve investimentos, e nos anos de 2010, 2011 e 2012 os investimentos realizados totalizaram R\$ 212.000,00.

Quadro 3 – Educação Ambiental

INDICADORES AMBIENTAIS	2014 (R\$ MIL)	2013 (R\$ MIL)	2012 (R\$ MIL)	2011 (R\$ MIL)	2010 (R\$ MIL)	TOTAL (R\$ MIL)
Educação	-	-	77	63	72	212

Fonte: Adaptação dos Balanços Sociais CEEE-GT – Exercícios 2010 a 2014.

Conforme o Balanço Social da CEEE – GT (2010), o valor investido em 2010, foi destinado ao treinamento em meio ambiente de 223 empregados da área de geração, através de palestras, cursos e participação em seminários. Ainda em 2010, houve investimentos no Programa de Educação Ambiental da Geração. Esse programa é desenvolvido nas escolas e na comunidade, e foram visitadas 58 das 309 escolas na área de concessão abrangida pela geração atingindo um público de 4.270 alunos.

Em 2011, dando continuação ao PEA da área da geração, a CEEE – GT atendeu em suas usinas um público de 1.114 visitantes entre alunos e professores.

O PEA da área da geração, ainda em 2011, realizou visitas em 32 escolas, atendendo 3.525 alunos e professores dos 31 municípios da área de

abrangência da concessão e 1.869 alunos e professores fora dessa área a pedido de prefeituras municipais e de órgãos ambientais fiscalizadores.

Nesse mesmo ano, foi dado início ao PEA da área de transmissão, onde os técnicos do Departamento de Meio Ambiente da Transmissão ministraram palestra de sensibilização e treinamento ambiental para as áreas de operação, manutenção e fiscalização, bem como aos demais funcionários envolvidos na execução dos empreendimentos da Transmissão. Ao todo, foram sensibilizados 181 profissionais das diversas áreas da empresa e terceirizadas.

Já em 2012, os investimentos no PEA da área de transmissão foram destinados a sensibilização de 73 profissionais da empresa e terceirizadas.

Quanto ao PEA da área de geração, a CEEE – GT realizou visitas em 22 escolas de 12 municípios da área de abrangência, atingindo um público de 2.286 alunos e 124 professores.

E ainda em 2012, as visitas orientadas às usinas hidrelétricas contaram com 1.347 visitantes.

Ao analisar os dados coletados dos balanços, não é possível encontrar uma justificativa para o aumento de R\$ 5.000,00 no valor dos investimentos de 2010 para 2012, visto que, os maiores números foram encontrados ainda em 2010, com exceção do número de municípios que aderiram ao programa, que em 2010 eram 7 e em 2012 passaram para 12 municípios participantes.

Na área de Estudo Ambiental que se refere aos programas de pesquisa e desenvolvimento na área ambiental, pode-se identificar o valor dos investimentos no quadro 4, sendo que nos anos de 2012, 2013 e 2014 não houve investimentos e os anos de 2010 e 2011 totalizaram R\$ 112.000,00 em investimentos.

Quadro4 – Estudo Ambiental

INDICADORES AMBIENTAIS	2014 (R\$ MIL)	2013 (R\$ MIL)	2012 (R\$ MIL)	2011 (R\$ MIL)	2010 (R\$ MIL)	TOTAL (R\$ MIL)
Estudo	-	-	-	32	80	112

Fonte: Adaptação dos Balanços Sociais CEEE-GT – Exercícios 2010 a 2014.

Ao comparar 2010 com o ano de 2011 percebe-se que houve uma queda nos investimentos no valor de R\$ 48.000,00.

Isso se deve ao fato que no decorrer de 2010 o Departamento de Meio Ambiente realizou estudos de viabilidade ambiental e levantamentos para a obtenção de licenciamento ambiental para execução de projetos como o Plano de uso e ocupação do solo, entre outros.

Já em 2011, com as obras de colocação de cabos de uma linha subterrânea de transmissão no Centro Histórico de Porto Alegre foi necessário um estudo sobre vegetação, solo e rochas, infraestrutura urbana, qualidade do ar, patrimônio histórico e cultural, recursos hídricos, fauna e paisagem urbana. Sendo esse o único estudo divulgado no balanço social de 2011 explica-se essa diminuição nos investimentos.

A Gestão está dividida em Gestão de Resíduos, a ISO 14.001, Gestão Socio Patrimonial e Ambiental, Gestão de Processos Ambientais e Outros.

No quadro 5, é possível identificar os investimentos em Gestão.

Quadro 5– Gestão

INDICADORES AMBIENTAIS	2014 (R\$ MIL)	2013 (R\$ MIL)	2012 (R\$ MIL)	2011 (R\$ MIL)	2010 (R\$ MIL)	TOTAL (R\$ MIL)
Gestão	1.630	1.310	486	2.930	1.441	
Resíduos	419	44	55	664	92	1.274
ISO 14.001	-	4	1	113	-	118
Sócio Patrimonial e ambiental	866	1.262	430	1.516	1.349	5.423
Processos ambientais	-	-	-	624	-	624
Outros	345	-	-	13	-	358

Fonte: Adaptação dos Balanços Sociais CEEE-GT – Exercícios 2010 a 2014.

A Gestão de Resíduos, conforme analisado no quadro 5, refere-se a destinação dos materiais tóxicos e não tóxicos, sendo que o total dos investimentos realizados nessa área, nos cinco anos analisados, somam R\$ 1.274.000,00.

Ao comparar o ano de 2010 ao de 2014 percebe-se um aumento de R\$ 327.000,00 no valor dos investimentos, isso se deve ao fato de que a CEEE-GT contrata uma empresa terceirizada para fazer a descontaminação dos resíduos tóxicos e dar a destinação correta para todos os resíduos. E também deve ser levado em conta que enquanto em 2010 a quantidade de resíduos descartados era de 19.025 kg em 2014 subiu para 57,09 toneladas.

A ISO 14.001, conforme analisado no quadro 5, obteve um total de R\$ 118.000,00 investidos, levando em conta que nos anos de 2010 e 2014 não houve investimentos e ao comparar 2011 e 2013 percebe-se uma queda de R\$ 109.000,00 no valor dos investimentos.

Isso se deve ao fato de que em 2011 a área de Geração da CEEE – GT adquiriu a recomendação para o aumento do escopo de certificação de seu Sistema de Gestão Ambiental que só foi possível após a confirmação das boas práticas de gestão ambiental por parte da empresa.

Em 2013, a CEEE– GT já possuía a certificação pela NBR ISO 14001 para o Sistema de Gestão Ambiental implantado nas Usinas de Canastra, Bugres, Passo do Inferno, Toca Herval e Sede Administrativa do Sistema Salto, no município de Canela.

Logo, essa baixa nos investimento se deve ao fato de que a empresa já havia realizado, em 2011, os projetos necessários para se adquirir a certificação da ISO 14.001, como o treinamento de 370 funcionários para desenvolver as ações necessárias e só precisou dar continuidade ao que já estava sendo desenvolvido.

A Gestão Sócio Patrimonial e Ambiental se relaciona diretamente com a missão da empresa, pois a CEEE – GT tem como missão contribuir com o desenvolvimento da comunidade, em geral, seguindo os parâmetros sociais e ambientais. Ao analisar o quadro 5, verifica-se que o total dos investimentos em Gestão Sócio Patrimonial e ambiental dos cinco anos analisados foi de R\$ 5.423.000,00.

Comparando o ano de 2010 ao de 2014 nota-se uma queda de R\$ 1.348.134,00 no valor dos investimentos e analisando o Balanço Social de 2010 foram encontradas como ações desenvolvidas na Gestão Sócio Patrimonial e Ambiental o Plano de uso e ocupação do solo no entorno dos reservatórios das usinas hidroelétricas da concessão da CEEE GT, Ações ambientais com as comunidades do entorno dos reservatórios, Fiscalização ambiental das áreas de concessão da geração e Diagnóstico e planos de manejo de horto de proteção.

Já em 2014 foram encontrados apenas ações de Recuperação de áreas degradadas e Áreas para proteção da biodiversidade.

Logo, uma vez que as ações já foram desenvolvidas e postas em ação não há a necessidade de se fazer novamente diminuindo assim, o valor dos investimentos.

Quanto aos Processos Ambientais, conforme analisado no quadro 5, há somente a destinação de R\$ 624.000,00 no ano de 2011.

Na conta Outros, conforme pode ser analisado no quadro 5, a soma dos investimentos totaliza R\$ 358.000,00, sendo que em 2010, 2012 e 2013 não houve destinação de verbas.

Ao comparar 2011 com 2014 percebe-se um aumento de R\$ 332.000,00 no valor dos investimentos, mas não é possível informar o motivo deste aumento, pois não há a especificação nos balanços sociais.

Conscientizar as pessoas da importância da preservação, recuperação e proteção do meio ambiente não é tarefa fácil e em função disso a CEEE – GT realiza Ações Institucionais contínuas de maneira que estimule nas pessoas a necessidade de proteger o meio ambiente.

Para tanto, a CEEE - GT oferece aos seus colaboradores bibliografia específica e atualizada sobre o tema, incentiva a sua participação em eventos ecológicos e dá o exemplo ao reduzir o consumo de produtos tóxicos. No quadro 6, é possível verificar que o valor total dos investimentos realizados nos anos analisados foi de R\$ 193.000,00, sendo que nos anos de 2012, 2013 e 2014 não houve investimentos.

Quadro 6 - Institucional

INDICADORES AMBIENTAIS	2014 (R\$ MIL)	2013 (R\$ MIL)	2012 (R\$ MIL)	2011 (R\$ MIL)	2010 (R\$ MIL)	TOTAL (R\$ MIL)
Institucional	-	-	-	47	146	193

Fonte: Adaptação dos Balanços Sociais CEEE-GT – Exercícios 2010 a 2014.

Ao comparar o ano de 2010 com 2011, nota-se uma queda no valor dos investimentos de R\$ 99.000,00 de um ano para o outro.

Isso porque em 2010 a empresa investiu em aquisições bibliográficas e participou de eventos externos, bem como o desenvolvimento do projeto “Reservatório Vivo” que contou com a participação de crianças de escolas públicas.

Já em 2011 não houve a realização dessas atividades, o que justifica a queda dos investimentos

Os Programas Ambientais realizados pela CEEE - GT visam à conservação e preservação da ictofauna nos reservatórios da empresa.

A seguir, no quadro 7, consta o valor dos investimentos realizados nos programas ambientais.

Quadro 7 – Programas Ambientais

INDICADORES AMBIENTAIS	2014 (R\$ MIL)	2013 (R\$ MIL)	2012 (R\$ MIL)	2011 (R\$ MIL)	2010 (R\$ MIL)	TOTAL (R\$ MIL)
Programas Ambientais – Reflorestamento	-	-	-	29	15	44
Programas ambientais - Eficientização Energética	-	-	-	-	-	-
Programas Ambientais - Reposição Reflorestal	27	46	54	-	2	129
Programas Ambientais - Poda e Desmatamento	1.121	3.427	2.498	1.057	1.525	9.628
Programas Ambientais - Monitoramento de águas e Salvamento de fauna	78	130	58	247	20	533
Programas Ambientais – Reassentamentos/Remanejamento	-	-	-	-	-	-
Programas Ambientais – Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	25	31	-	121	719	896
Programas Ambientais – Manutenção de faixas de servidão	-	-	16	739	-	755
Programas Ambientais - Outros	610	46	86	176	247	1.165

Fonte: Adaptação dos Balanços Sociais CEEE-GT – Exercícios 2010 a 2014.

O Reflorestamento é a prática ambiental de replantar árvores em áreas que foram desmatadas, mas devemos levar em conta que o termo reflorestamento só deve ser usado quando a ação for de replantar em lugares que já possuíam vegetação. (FARIA, S.D.).

É possível analisar no quadro 7, que o total dos investimentos na área de reflorestamento foi de R\$ 44.000,00, sendo que em 2012, 2013 e 2014 não houve destinação de recursos para essa área.

Ao comparar 2010 com 2011 nota-se um aumento de R\$ 14.000,00 no valor dos investimentos, mas nos balanços não foi encontrado nenhuma outra informação sobre essa atividade.

A Eficientização Energética busca reduzir o consumo de energia, sendo que as metas para 2011/2012 visaram à redução de no mínimo 1% do consumo de energia observada em 2010. Apesar das metas estabelecidas, não há nenhum indício nos demais balanços que comprove a realização efetiva dessas metas, bem como não há investimentos lançados nessa área.

A Reposição Reflorestal refere-se ao replantio das áreas de floresta desmatadas pela empresa.

A Reposição Florestal entende-se como o conjunto de ações desenvolvidas que visam estabelecer a continuidade do abastecimento de matéria prima florestal aos diversos segmentos consumidores, através da obrigatoriedade da recomposição do volume explorado, mediante o plantio com espécies florestais adequadas. (BERNA, S.D.).

Logo, ao praticar o desmatamento, a empresa deve repor o mesmo número de árvores cortadas levando em consideração se a espécie plantada é adequada para o ambiente em questão.

Analisando o quadro 7 percebe-se que o valor total dos investimentos foi de R\$ 129.000,00, sendo que em 2011 não houve destinação.

Não há informações específicas nos balanços sobre essa ação, mas sabe-se que,

Deve executar a reposição florestal a pessoa física ou jurídica que utiliza matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação natural; detenha a autorização de supressão de vegetação natural; explora vegetação em terras públicas; explora vegetação natural sem autorização ou em desacordo com a autorização. (IBAMA, S.D.).

Ao verificar os balanços, identifica-se que a empresa faz a supressão de vegetação nas faixas das linhas de transmissão. Em 2010 foram feitas a supressão de 14.047.706 m² de vegetação e em 2014 não há a informações de quantos metros quadrados de vegetação foram suprimidas pela empresa, mas é provável que a supressão tenha sido bem maior que em 2010 se levar em conta que houve um aumento de R\$ 25.000,00 no valor dos investimentos.

A poda consiste em cortar apenas certos galhos da planta e o desmatamento é o corte de varias árvores da área.

É possível analisar no quadro7 que o total em investimentos em poda e desmatamento foi de R\$ 9.628.000,00 e que houve uma queda de R\$ 404.000,00 entre os investimentos de 2010 e 2014, mas nos balanços não há maiores informações.

O Monitoramento de águas e Salvamento de fauna visa minimizar os impactos do uso da água para geração hidrelétrica. Sendo assim a Área de Geração mantém 04 programas básicos. São eles: Monitoramentos da qualidade das águas superficiais, Programa de repovoamento de alevinos, Programa de monitoramento da ictofauna e Programa de salvamento e resgate de peixes.

Ao verificar o quadro7 percebe-se um aumento de R\$ 58.000,00 nos investimentos de 2014 com relação a 2010, sendo que o total dos investimentos nesse indicador foi de R\$ 533.000,00.

Ao comparar os programas com os anos em questão tem-se que no ano de 2010 foram analisados 13 reservatórios no Programa de monitoramento da qualidade das águas, enquanto que em 2014 foram analisados 18 reservatórios.

O Programa de repovoamento de alevinos contou com a soltura de 392.200 alevinos em 2010, já no balanço de 2014 não consta nenhuma informação sobre o programa.

O Programa de monitoramento da ictofauna contou com a avaliação de 16 reservatórios em 2010 e 20 reservatórios em 2014. Junto a isso, foi realizado em 2014 o monitoramento da avifauna visando identificar eventuais impactos decorrentes do conflito entre aves e os cabos condutores de energia elétrica.

Já o Programa de salvamento e resgate de peixes teve, em 2010, o salvamento de aproximadamente 136.380.000 peixes enquanto em 2014 foi feito o resgate de apenas 3.534 peixes.

Mediante isso se explica o aumento no valor dos investimentos de 2010 para 2014.

O Reassentamentos/Remanejamento além de não possuir nenhum investimento, conforme pode se analisar no quadro 7, também não possui nenhuma explicação sobre ele no Balanço Social.

Em 2010 foi realizado o Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental das seguintes obras: recapacitação trecho até derivação SE Canoas3 em Cachoeirinha, ampliação e/ou readequação da SE GUARITA, SE SCHARLAU, SE GUAIBA2, SE CAMPO BOM, SE MAÇAMBARA, construção da LT subterrânea e construção de sistema de contenção de óleo da SE CANASTRA.

Em 2014 não houve desenvolvimento de ações como as citadas acima, o que explica a queda de R\$ 694.000,00 nos investimentos desse indicador, conforme pode ser analisado no quadro 7.

O valor total dos investimentos em Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental dos cinco anos analisados foi de R\$ 896.000,00, sendo que em 2012 não houve investimentos.

A Manutenção de faixas de servidão consiste em retirar galhos de árvores que possam estar interferindo na distribuição de energia elétrica ao se acumularem nas linhas de transmissão.

Ao analisar o quadro 7 percebe-se que o investimento total nessa ação foi de R\$ 755.000,00, sendo que em 2010, 2013 e 2014 não houve destinação de investimentos. Ao comparar o ano de 2011 com o de 2012 nota-se uma queda de R\$ 723.000,00 no valor dos investimentos, mas não é possível explicar o motivo dessa queda já que os balanços não passam os dados detalhadamente.

Não é possível identificar a que espécie de investimento o item Outros se refere, só sabe-se que, conforme o quadro 7, os investimentos totalizam R\$ 1.165.000,00, sendo que houve um aumento de R\$ 363.000,00 no valor dos investimentos de 2010 com relação a 2014.

A maioria das empresas estudadas nas pesquisas correlatas e similares está ciente da existência da contabilidade ambiental, mas não dispõe de um plano de contas exclusivamente ambiental apresentando deficiência nos registros contábeis em função do baixo nível de evidenciação ambiental.

Observou-se que as poucas informações divulgadas pelas empresas são apresentadas em demonstrativos contábeis facultativos, notas explicativas ou em relatórios institucionais distintos de forma qualitativa e dispersa.

Percebeu-se que as empresas divulgam apenas as informações que lhes são convenientes mais como um elemento de marketing, para enfatizar

sua imagem passando um retrato positivo perante a sociedade, do que refletindo a real preocupação com a preservação dos recursos naturais, o que acaba às impedindo de usufrui de todos os benefícios que a Contabilidade Ambiental pode oferecer.

Comparando com a empresa estudada neste trabalho, percebo que apesar da mesma apresentar deficiência em alguns fatores, no geral, ela cumpre com a finalidade principal de preservar, conservar e proteger o meio ambiente, bem como faz a correta evidenciação dos fatos de natureza ambiental nas peças contábeis estando apta a gerar benefícios econômicos.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo constam as conclusões e recomendações quanto ao problema, aos objetivos, e as limitações da pesquisa, bem como recomendações para pesquisas futuras.

A. QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

Ao analisar os balanços sociais da CEEE – GT foi constatado que a mesma evidência os gastos nas áreas de estudo e educação ambiental, gestão de resíduos, gestão sócio patrimonial, ações institucionais, bem como investe em programas ambientais, na ISO 14001 e também divulga os gastos com processos ambientais.

Dos dezoito itens analisados, doze tiveram investimentos em 2010, quinze em 2011, dez em 2012, nove em 2013 e nove em 2014, sendo que indicador ambiental, gestão de resíduos, gestão sócio patrimonial e ambiental, poda e desmatamento, monitoramento de águas e salvamento de fauna e o item outros dos programas ambientais apresentaram destinação de verbas em todos os anos analisados.

Apesar de algumas ações não possuírem investimentos em todos os anos a empresa apresenta boas práticas de gestão ambiental, estando sempre em busca de ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

B. QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA

Por meio da análise dos balanços sociais da empresa, foi possível verificar que a mesma faz investimentos em educação, estudos e programas ambientais, bem como promove ações institucionais, tudo com o objetivo de minimizar os impactos causados por suas atividades ao meio ambiente.

Ao identificar os investimentos feitos pela empresa na área ambiental, obteve-se a possibilidade de ver o comprometimento da mesma com as questões que envolvem o meio ambiente, mas ao organizar os dados para comparar os investimentos realizados em 2010 com os de 2014, levando em consideração a ação desenvolvida, percebe-se que algumas ações não possuem destinação em todos os anos e que também, na maioria dos casos, houve queda no valor dos investimentos e que pela falta de informações nos balanços não foi possível identificar o motivo dessa queda.

No que tange as principais ações evidenciadas pela companhia temos o item indicador ambiental com um total de R\$ 1.783.000,00 investidos nos cinco anos, a gestão de resíduos com R\$ 1.274.000,00 investidos, a gestão sócio patrimonial e ambiental com R\$ 5.423.000,00 investidos, a ação de poda e desmatamento com R\$ 9.628.000,00 investidos, o monitoramento das águas e salvamento da fauna com R\$ 533.000,00 e o item outros referente aos programas ambientais com R\$ 1.165.000,00.

Através dessa análise pode-se concluir que apesar da companhia apresentar menor desempenho em alguns aspectos, como o fato de não possuir informações mais detalhadas sobre os investimentos feitos na área ambiental, no âmbito geral, ela cumpre com suas obrigações no que rege a conservação preservação e proteção ambiental bem como faz a correta evidenciação, de forma transparente e organizada, dos fatos de natureza ambiental nas peças contábeis.

C. LIMITAÇÕES

É relevante mencionar que um dos objetivos dessa pesquisa foi comparar os investimentos de 2010 com relação aos de 2014, mas em certos casos não houve essa possibilidade, pois algumas das ações desenvolvidas pela empresa não possuem destinação de verbas em todos os anos analisados, sendo essa uma das limitações encontradas.

Outra limitação foi o fato de que ao comparar o valor dos investimentos, os mesmos apresentaram queda ou aumento, mas só foi possível determinar o

motivo dessa ocorrência em alguns casos, pois nos demais não foram encontradas explicações nem nos relatórios e nem nas notas explicativas.

Por fim, a maior limitação foi não poder obter mais informações diretamente com os responsáveis, pois os mesmos, ao fornecerem os balanços, deixaram bem claro que nenhuma outra informação além das que constavam nos relatórios seria passada.

D. RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISA

Recomenda-se para futuras pesquisas comparar o nível de investimentos ambientais em empresas do mesmo setor; efetuar trabalhos na mesma linha de pesquisa, procurando saber, por meio de questionários, qual a opinião dos colaboradores da empresa quanto às ações desenvolvidas pela mesma no âmbito ambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flavio de. **Administração ambiental**. Indaial: Editora ASSELVI, 2008.

BARBOSA, Eliedna de Sousa, et al. Evidenciação das informações ambientais segundo a NBC T-15: um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 19 – 41 jan./abr. 2014.

Disponível em:

<<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/viewFile/108/pdf>>.

Acesso em: 16 de junho de 2016.

BARCELOS, Débora Pinho, et al. Evidenciação Ambiental à Luz da NBC T 15: O Caso da Natura. **Aos - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Brasil, v. 4, n. 2, p. 127-146, jul/dez. 2015. Disponível em: <

<http://www.unama.br/seer/index.php/aos/article/viewFile/312/pdf>>. Acesso em:

16 de junho de 2016.

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição.

Lex: Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 10, maio de 2009. Legislação Federal do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>>.

Acesso em: 03 de março de 2016.

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**. 2010

_____. _____. 2011

_____. _____. 2012

_____. _____. 2013

_____. _____. 2014

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Informações de Natureza Social e Ambiental**: NBC T 15 nº 1.003/04. Brasília, 2014. 8 p.

Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 02 de junho de 2016.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental**: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ECKERT, Alex, et al. Evidenciação Contábil das Informações Ambientais: Uma Análise das Empresas. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 6, n. 4, p.

508-530 out/dez. 2014. Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2837/pdf_329>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

ELIAS, Leila Márcia Sousa de Lima; OLIVEIRA, Narciso Feitosa de. Análise da sustentabilidade organizacional das empresas do setor mineral do Estado do Pará. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Brasil, v. 2, n. 1, p. 45-67, Jan./Jun, 2013. Disponível em:
<<http://www.unama.br/seer/index.php/aos/article/view/54/pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Energia Hidrelétrica**. Brasil Escola. s.d. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/energia-hidreletrica.htm>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

FREITAS, Débora Pool da Silva; OLEIRO, Walter Nunes. Contabilidade Ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 1, n. 2, p. 65-81, Julho-Dezembro, 2011. Disponível em:
<<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/29/pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

GARCIA, Fabiane Tubino; BEHR, Ariel. Análise da Interação da Contabilidade Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável nos Engenhos de Beneficiamento de Arroz de Santa Maria/RS. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p. 21-38, Abr/Jun. 2012. Disponível em:
<<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/65/pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes; OLIVEIRA, Daniele Lopes. Contabilidade Ambiental: história e função. **Revista Eletrônica da Faculdade de Delta Gestão & Tecnologia**, Goiânia, v.1, n.1, p. 11 – 16 set./out. 2009. Disponível em:
<http://www.faculadadedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

GUIMARÃES, Deisiane Alves, et al. Análise do nível de evidenciação de informações ambientais apresentado pelas empresas abertas que exploram atividades agropecuárias. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**. João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 6-23 set./dez. 2014. Disponível em:
<<file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/Dialnet-AnaliseDoNivelDeEvidenciacaoDeInformacoesAmbientais-4947674.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

JUSTO, Edvaldo. **Contabilidade Introdutória**: ciclo operacional. Ciências Contábeis. 2013. Disponível em: <<http://contabilidade2013.blogspot.com.br/2013/04/contabilidade-introdutoria-ciclo.html>>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.

KRUGER, Silvana Dalmutt, et al. Sustentabilidade Ambiental: estudo em uma instituição de ensino catarinense. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 98-112 jan/abr. 2013. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/1647/1468>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

LORENZETT, Daniel Benitti; ROSSATO, Marivane Vestena; GODOY, Leoni Pentiado. O reconhecimento contábil dos gastos associados às medidas de gestão ambiental no segmento de abastecimento de combustíveis. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 11, p. 49-68, Jan./Abril, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34785/37523>>. Acesso em: 16 de junho 2016.

MALVESTIO, Fabiano Sposito. **Contabilidade Ambiental Parte III**. Sustentabilidade Contábil. 2011. Disponível em: <http://sustentabilidadecontabil.blogspot.com.br/2011_11_01_ARCHIVE.HTML>. Acesso em: 14 de julho de 2016.

MELO, Janaina Ferreira Marques de; OLIVEIRA, Cristina Estrela. Evidenciação de custos e despesas ambientais nas empresas do segmento de adubos e fertilizantes registradas na BM&FBovespa e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 21, 2014, Natal. **Gestão de Custos no Brasil Pós-Copa 2014 e Pré-Olimpíadas 2016**. Natal: s.n., 2014. p. 1 – 16. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3830/3831>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

PADILHA, Bruna Batista; ASTA, Denis Dall'. A evidenciação contábil ambiental em empresas de tratamento de resíduos sólidos orgânicos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, v. 3, n. 1, p. 88-106 jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/136/pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

PEREIRA, Gislaine; CARVALHO, Fernando Nitz de; PARENTE, Edna Ghiorzi Varela. Desempenho econômico e evidenciação ambiental: análise das empresas que receberam o Prêmio Rumo à Credibilidade 2010. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 9-26, Agost/Nov. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/Dialnet-DesempenhoEconomicoEEvidenciacaoAmbiental-5454873.pdf>>. Acesso em: 16 de junho 2016.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2 ed. São Paulo: Saraiva 2006.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais? **Revista Custos e Agronegócio online**, Recife, v. 4, n. 1, p. 2 – 25, jan/abr. 2008. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v4/Custos%20ambientais%20e%20agronegocio.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2015.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. Contabilidade Ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 27, 89 – 99, set/dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

SOARES, Sandro Vieira, et al. Informações ambientais em notas explicativas das empresas dos programas “Novo Mercado” e “Em Boa Companhia” da BM&F BOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. Especial, p. 70-82, Out. 2012. Disponível em: <http://nemas.ufsc.br/files/2012/12/26-Soares_Silveira_Pfischer_Siridakis_2012_Informacoes-ambientais-em-nota_8903.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

SPERANDIO, Licianne Assofra; TRINDADE, Marcelo; FAVERO, Hamilton Luiz. Uma introdução à discussão do Passivo Ambiental. **Revista Enfoque Reflexão Contábil Online**, Maringá, v. 24, n. 2, p. 5 – 18 Jul/Dez. 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/5786-17634-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 de julho de 2016.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VECCHIA, Rodnei. **Impactos provocados por usinas hidrelétricas**. Webartigos. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/impactos-provocados-por-usinas-hidreletricas/85682/>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

ZILBER, Sílvia Novaes; CARUZZO, Mariza; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. Uso de contabilidade ambiental e seus reflexos nos resultados das empresas. **Revista Alcance**, Eletrônica, v. 18, n. 1, p. 24-42, Jan./Març. 2011. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/551/1844>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.